

O discurso colonizador na elaboração de projetos: Uma limitação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira

Mayla Cristina Costa

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Klondy Lúcia de Oliveira Agra

Faculdade Interamericana de Porto Velho - UNIRON

Álvaro Rodrigo Costa

Faculdade de Porto Velho - FIP

Índice

1	Introdução	2
2	Pensando o desenvolvimento sustentável	3
3	Um olhar sobre o passado	5
4	O PAC e os novos projetos para a região	8
5	Considerações finais	10
6	Referências	11

Resumo

A Amazônia tem sido tema nacional e internacional em todas as mídias. Na busca de soluções que conduzam ao desenvolvimento sustentável dessa rica e diversificada região têm-se feito projetos em todas as áreas do conhecimento humano. Neste artigo, visamos analisar esse espaço a fim de verificar se o que vem sendo proposto através desses projetos tem levado em conta

os princípios dos direitos humanos, as culturas e populações tradicionais, enfim, todos os princípios norteadores da Agenda 21. Investigamos, com base em estudo teórico, através da pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, análises e comparações dos projetos executados, não executados e em execução junto aos órgãos oficiais, a existência ou não do discurso colonizador. Com essa investigação, buscamos a extensão da visão colonizadora embutida em tais projetos, fazendo um paralelo com a história social da região. Uma história social que vem, há muito, travando o seu desenvolvimento sob um olhar falsamente paternalista, que na verdade, não passa de uma visão colonizadora. Esperamos que observações feitas neste estudo agucem em pesquisadores e consultores a necessidade de conhecer e trabalhar em seus projetos o respeito à comunidade local, os direitos humanos e a necessidade de sobrepor-se ao

discurso colonizador.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Amazônia brasileira, Discurso colonizador.

1 Introdução

O olhar superior dos povos colonizadores sobre os povos colonizados está presente em toda a história dos grandes descobrimentos. Essa falsa supremacia é observada, de um modo muito particular, em toda bibliografia que descreve a Amazônia e compara as populações tradicionais, desde os primeiros viajantes, do jardim do Éden ao antimundo, na chegada dos primeiros imigrantes europeus, até os constantes ciclos migratórios de brasileiros vindos de outras regiões em busca do eldorado.

Para dar conta deste estudo - *O Discurso Colonizador na Elaboração de Projetos: Uma Limitação ao Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira* - uma imersão nos vários projetos elaborados para a região amazônica, a fim de verificar se o que vem sendo proposto através desses projetos tem levado em conta os princípios reitores da Agenda 21, os direitos humanos e o respeito às populações tradicionais, escolhemos como objeto de nossa pesquisa o Estado de Rondônia. Primeiro, por ser Rondônia um Estado importante para a região, espelha a realidade amazônica, tanto no progresso, como na devastação. Segundo, por ser esse Estado um objeto de múltiplas notícias, projetos e pesquisas nestes últimos anos.

A leitura e observação dos dados colhidos, através da pesquisa, mostraram que a colonização de Rondônia tem sido feita de modo desordenado e com interesse e valores

diversos. A ocupação, que inicialmente não se deu por ação oficial e sim por ação particular, por ocasião da construção da estrada de ferro *Madeira-Mamoré*, vem sofrendo ao longo da sua história a interferência de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com alegações variadas.

Órgãos públicos e privados vêm, através de projetos e pesquisas, tentando direcionar o desenvolvimento sustentável de Rondônia tendo como meta a equalização do desenvolvimento populacional com o desenvolvimento econômico da região.

Pretende-se com este estudo, além de esclarecer dúvidas a respeito da história social desta parte da Amazônia - a qual vem há muito entravando o seu desenvolvimento sob um olhar falsamente paternalista, que na verdade, não passa de uma visão colonizadora - aguçar em pesquisadores e consultores a necessidade de conhecer e trabalhar em seus projetos o respeito à comunidade local, os direitos humanos e, principalmente, a necessidade de sobrepor seus projetos ao pensamento, discurso e ação colonizadora.

Chamamos neste estudo - visão colonizadora - interesses e idéias que vêm atender a países (ou regiões) chamados desenvolvidos economicamente sustentáveis. Idéias que nem sempre são válidas para países (ou regiões) em desenvolvimento, mas que prontamente são acatadas, beneficiando apenas alguns grupos, trazendo um desenvolvimento questionável à região.

A tendência dos povos estabelecerem colônias tem tido grande influência na história mundial. As colonizações têm distribuído conhecimento e cultura a todos os pontos do mundo, levando ao descobrimento e ao desenvolvimento de novas terras. Entretanto, a colonização tem causado também guerras

sangrentas e destruição dos que estão no caminho de todos que espalham seu imperialismo.

Os termos colonialismo e imperialismo caminham juntos. Colonialismo é o sistema ou orientação política tendente a manter sob domínio, inclusive econômico, possessões de determinadas regiões. Imperialismo refere-se à prática de estender a força política, através de ações ou pensamentos, aos territórios conquistados. Esses territórios adquiridos são as colônias. Entende-se então, que as colônias não são criadas somente através da força. Algumas vezes, nações vão conquistando e colonizando outras regiões gradualmente, através de idéias, concessões e negócios.

Através deste estudo, pretende-se também, esclarecer como vem sendo feita a colonização de Rondônia, a que nível e por quais empresas, negócios ou países. Interessando, sobretudo, concentrar a atenção nos aspectos envolvendo interdependência do desenvolvimento sustentável (DS), o desenvolvimento econômico (DE) e a visão colonizadora que entrava esses processos.

Observa-se, então que, como uma verdade universal das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que um novo ciclo de colonização se inicia e que, no Estado de Rondônia, como em toda a Amazônia, este fenômeno não tem sido diferente.

Não se trata aqui de ver a palavra colonização como o simples ato de ocupação da terra, vai-se mais além, ou seja, se vai ao sentido básico de colo, tomar conta de, importando não só em cuidar, mas também em mandar. Klondy Agra (2003) ao tratar do tema em seu

artigo intitulado *Visão Colonizadora e Desenvolvimento de Rondônia* afirma que esse é um traço inerente em diversas formas na ocupação do Estado de Rondônia.

Investigamos, com base em estudo teórico, através da pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, análises e comparações dos projetos executados, não executados e em execução junto aos órgãos oficiais, a existência ou não do discurso colonizador presente nos vários projetos voltados ao desenvolvimento de Rondônia. Com essa investigação, buscamos a extensão da visão colonizadora embutida em tais projetos, fazendo um paralelo com a sua história social.

Com este estudo acreditamos poder nortear novos estudos e pesquisas em prol de um discurso anti-colonialista na construção de novos projetos, tentando assim, impedir que a visão colonizadora continue a ser um entrave ao desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

2 Pensando o desenvolvimento sustentável

Há uma gama imensa de projetos de desenvolvimento regional a nível federal e estadual que mencionam o desenvolvimento do Estado de Rondônia através de vários programas envolvendo um alto custo no patrocínio de órgãos, instituições e ONGs que têm por finalidade a execução dos mesmos.

Nas últimas décadas tivemos gastos vultosos com encontros, estudos e palestras visando o desenvolvimento sustentável, desde a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra, ECO 92), a Rio + 5, a revisão da AGENDA 21 e tantos outros envolvendo

todo o país (desde os grandes centros até os pequenos municípios), até as últimas discussões, ainda em curso, sobre as hidrelétricas do Madeira.

Tais encontros e discussões procuram pela possibilidade de formular e implementar propostas que levem à integração e ao desenvolvimento da região amazônica como um todo.

Nessa abrangência, três iniciativas se destacaram: o Plano de Ação aprovado pelo TCA (1992), os resultados da Conferência Amazônia 21: Uma Agenda para um Mundo Sustentável, realizada conjuntamente pela Secretaria da Amazônia do Brasil e pela Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e os resultados da Conferência “Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia”, realizada pela Fundação Memorial da América Latina.

As três iniciativas prezam pelo desenvolvimento sustentável e destacam o papel estratégico que o Tratado de Cooperação Amazônica deverá desempenhar como instrumento privilegiado para a implementação de princípios norteadores de políticas de desenvolvimento internacionais. A OTCA e os países que a integram deverão estar atentos para incorporar, em qualquer iniciativa as transformações sofridas pela região ao longo dos últimos anos e enfrentar os grandes desafios que a região apresenta.

Como o desenvolvimento sustentável (DS) tem sido a tônica desses estudos e pesquisas e o seu conceito tem sido muito questionável, embora sua significação já possua vasta literatura (V.g. GUIMARÃES, 1994; BLOWERS, 1993; BARBIER, 1987; BARONI, 1992), optou-se aqui por considerar o conceito formulado pelo relatório Brundtland, cujo enunciado decorremos aqui:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”, salientando ainda que “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal motivo do desenvolvimento (WCED, 1987).

Ao mencionar o relatório acima, lembramos a retórica defendida pelos países imperialistas a seus colonizados, quando com a alegação de objetivar o desenvolvimento sustentável, atentam as preocupações com o meio ambiente, lembram as necessidades e aspirações humanas, no entanto, não propõem alternativas de progresso ao imporem limitações. Cobram sem apontar caminhos para o crescimento através da execução de projetos agrícolas específicos, projetos com sustentabilidade de recursos renováveis ou o uso otimizado dos não-renováveis. Projetos, que se acontecem, são através de ações isoladas ou setoriais, que envolvem a adoção de medidas visando coibir ou reparar agressões ao meio ambiente.

Sobre esse assunto, Agra (2003) declara que o povo brasileiro, por sua história de colonização, não consegue livrar-se do pensamento imperialista e, ao fazer seu próprio deslocamento de outras regiões para Rondônia, traz consigo uma visão colonizadora que visa à exploração da terra e de sua população tradicional, causando danos irreparáveis às pessoas e a natureza.

De acordo com Bartholo & Bursztyn (1999), todas as iniciativas de exploração regional executadas até a conclusão de seus estudos, como: projetos agropecuários, atividade mineradora e exploração madeireira trouxeram ao Estado de Rondônia impactos ambientais negativos, gerando desde o asso-

reamento dos rios, até a perda da biodiversidade de sua floresta.

Esses impactos ambientais gerados através da visão colonizadora são, em qualquer situação, projetos totalizantes. Suas forças motrizes estarão sempre a nível colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Cujos agentes não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também uma gama de conhecimentos geradores de cultura que vêm não só somar a cultura local, mas também, subjuga-la. Para esclarecer citamos Bosi (1992: 20):

A ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura. A ordem do cultivo em primeiro lugar. As migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva a aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de consequências para o sistema de trocas internacional. O processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial: quando estimulado, aciona ou reinventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou a escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico.

Com este embasamento teórico, procuramos conhecer um pouco da história de Rondônia para, através dessa história, observar como e com que visão os projetos voltados ao desenvolvimento de Rondônia vêm mudando contextos e cenários amazônicos.

3 Um olhar sobre o passado

Ao observar a instalação de Rondônia através de sua história, não há como deixar de fazer um estudo profundo no relato dos primeiros europeus, no histórico dos dirigentes e trabalhadores da ferrovia que lhe deu origem, no relatório de Osvaldo Cruz quando de sua visita à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e aos escritos de outros, que com mais ou menos poesia em seus textos, descrevem o nascimento de uma população. Nota-se nesses escritos uma descrição sem grande cuidado ou respeito à população local e ao trauma trazido com a nova população de migrantes a essa população. Migrantes que chegavam à terra e que, por não agüentarem o clima e intempéries locais, ou morriam a míngua ou desistiam de lutar e entregavam-se a uma sub-vida. Trabalhos que descrevem a população indígena e tradicional, ora como inimigos mortais, ora como escravos, sempre deixadas de lado como pessoas humanas e donos de uma cultura particular.

Neste retorno à história, observamos o comentário do antropólogo americano Charles Wagley, ao pesquisar a Amazônia brasileira. Observação que permite constatar a visão imperialista e colonizadora do autor:

O conhecimento do modo de vida do homem amazônico fornecerá indícios do que deverá ser modificado para que possam ser melhorados os padrões de vida. Esse conhecimento nos permitirá prever algumas reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica. (...) O ideal que consiste em “fazer com que os benefícios oriundos de nossas conquistas científicas e de nosso progresso industrial concorram para o progresso e o crescimento das

áreas subdesenvolvidas” requer uma reforma cultural. “(...) O trabalho requer a modificação da cultura - do modo de vida - e o reajustamento das relações de um povo com o ambiente que o cerca” (WAGLEY, 1977: 17).

Ademais, no início do primeiro capítulo de sua obra *O Problema do Homem nos Trópicos*, Wagley demonstra sentidos construídos numa cultura colonialista, com conotações imperialistas que sugerem que a cultura do “outro” é inferior a sua. Nessa introdução, a fim de ter argumentos de defesa aos seus juízos de valor, Charles Wagley cita Truman e a “verdade” do então presidente norte-americano sobre a ameaça das áreas pobres do planeta sobre as áreas mais prósperas e declara:

O interesse pelas regiões do globo economicamente marginais, começa a despertar. Extensas áreas do globo, habitadas por povos subnutridos, não-industriais, pareciam-nos, outrora, de pouca importância para o nosso próprio bem-estar. Mas, aos poucos, fomos compreendendo que a luta desses povos afetava todo o mundo. [Tradução de Klondy Agra]

Ao chegar à literatura contemporânea e aos projetos objetos deste estudo, pudemos fazer um paralelo com a história social desta parte da Amazônia e observar que, com o passar dos anos e a constante migração de pessoas de diferentes pontos do Brasil para Rondônia, o preconceito, antes visto contra a população indígena e tradicional, tem sido transferido para os vários habitantes do estado. Uma população formada, na sua grande maioria, não por natos da Amazônia, mas por pessoas de outras regiões brasileiras e do exterior.

Nota-se, na maioria dos escritos, que descrevem as pessoas, costumes e tradições como seres à parte, tratando-os como nativos sem os serem.

Encontramos em projetos e pesquisas ainda recentes, o mesmo vigor de potencialidades imaginadas por autores do século XVII, onde os navegadores descreviam o orvalho das folhas e a beleza do pôr do sol nas águas do Madeira. E como diz Gondim (1994: 271) quando cita Euclides da Cunha:

“O mistério que ainda espera o homem imaginativo por detrás da cerrada muralha verde, parece atender a uma anseio euclidiano sentenciar: que ali é a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios. Mas não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o desfecho de toda a História Natural”.

Assim como a Amazônia em toda a sua extensão, Rondônia reencontra-se hoje sob a visão colonizadora que a revê como o paraíso pronto a ser libertado de seus habitantes desqualificados e inválidos pelas mãos poderosas do ser inteligente e infalível que vem ocupá-la. Para demonstrar esta visão, recorremos a Todorov (1983, p. 122) quando faz referência ao homem amazônico: “todos esses selvagens têm o ar sonhador porque não pensam em nada”.

Como essa afirmativa, encontram-se várias outras, num total desrespeito à população indígena e a população tradicional. Lembrando ainda que, no final da década de oitenta, Rondônia já se encontrava com uma

população aproximada de 1.000.000 de pessoas. Pessoas oriundas de todos os cantos do país, com diferentes formações, incentivados pelo programa Polonoroeste criado pelo Governo Federal na década de oitenta. Programa que teve como objetivo principal asfaltar o trecho da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, com financiamento feito pelo BIRD.

O Polonoroeste trouxe como consequência, além do aumento do fluxo de migrantes em busca de terra e trabalho, o desmatamento acelerado, a invasão de áreas indígenas e unidades de conservação, o crescimento desordenado das áreas de garimpo, a exploração predatória da madeira e a concentração fundiária.

Com o brutal crescimento demográfico ocorrido em Rondônia ocorreu uma acirrada disputa pela posse de terras, com violentas pressões sobre os territórios ocupados pelas populações indígenas.

Assim, em 1990, para corrigir desvios na execução do Polonoroeste foi criado o Planaflo. Projeto que tinha como objetivo geral: “conservar a biodiversidade de Rondônia, criando, ao mesmo tempo, uma base para a utilização sustentável de seus recursos naturais renováveis, visando os benefícios econômicos diretos para a população local”. Suas ações deveriam estar baseadas no zoneamento socioeconômico-ecológico, cujo objetivo central seria desestimular a expansão desordenada da fronteira de Rondônia, reduzindo a taxa de destruição da floresta tropical a níveis controláveis e aceitáveis, incluindo também um programa de reformas institucionais que permitisse o fortalecimento institucional, a capacitação técnica e a articulação das políticas públicas.

Na execução do Planaflo houve fa-

lhas quanto ao zoneamento socioeconômico-ecológico. O zoneamento ao propor uma abordagem restrita à preservação dos recursos florestais, ignorou as demandas socioeconômicas, apresentando clara opção por um enfoque preservacionista, apoiado em forte legislação proibitiva. Assim, o Planaflo foi perdendo o caráter de um instrumento flexível e subsidiador da tomada de decisão necessário à gestão ambiental.

Um forte concorrente para a revisão e prorrogação de Planaflo foi a criação de uma grande quantidade de unidades estaduais de conservação – Ucs – em prazo muito curto, resultando em diversos problemas relacionados com a demarcação inadequada de certas áreas e com a ausência de diretrizes básicas, procedimentos operacionais apropriados e falta de aparelhamento institucional.

Quanto ao governo federal, através de seus vários órgãos, nota-se a ausência de um bom gerenciamento.

Desde a década de 70, quando o INCRA promoveu uma colonização oficial irregular e desqualificada, com resultados tão negativos que em 1975, o mesmo órgão já havia distribuído para fins de assentamento cerca de 4,3 milhões de hectares. Só nos anos de 1996 e 1997, foram criados cerca de 17 projetos de assentamento, ocupando cerca de 200.000 hectares, nenhum dos quais submetido ao licenciamento ambiental. E ainda, havendo a divisão entre o IBAMA e SEDAM quanto ao licenciamento e autorização para a realização de atividades potencialmente danosas ao meio ambiente, há um desencontro de opiniões e projetos, que acabam trazendo um conflito de competências que gera licenciamentos altercados, remetendo a ocupação de Rondônia ao lado danoso da colonização,

ou seja, a exploração de sua terra e de seu povo.

De acordo com a SEDAM, a área desmatada em Rondônia aumentou de 3.981.313 hectares em 1993 para 4.873.143 hectares em 1995. De 16,7% para 20,4% da área total do Estado. Em 1977, cerca de 22,71% de sua área total já estava desmatada. Esses dados colocaram Rondônia como líder de taxas de desmatamento da Amazônia legal.

Além do desmatamento, Rondônia vem sofrendo, durante toda sua história, com outras formas de exploração que acarretam impactos ambientais bastante negativos: a atividade mineradora e a exploração madeireira. Atividades que levam ao empobrecimento da floresta, com perda da biodiversidade e a exposição do solo às intempéries. Nada em sua história demonstra real preocupação com a sustentabilidade sócio-econômica da Amazônia.

4 O PAC e os novos projetos para a região

O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - lançado em 2007 pelo Governo Federal, consiste num amplo conjunto de ações e de projetos de investimentos na infraestrutura pública. Um programa que, de acordo com o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, são investimentos que representam um pontapé inicial para a melhoria das condições de vida das populações mais carentes.

No dia 20 de setembro de 2007, ao lançar o PAC na Amazônia, o presidente Luiz Inácio explicou:

"O PAC é um começo, ele não é tudo. E, como começo, nós poderíamos ter escolhido

gastar o PAC apenas em grandes avenidas, nas cidades mais importantes. Entretanto, nós dedicamos R\$ 40 bilhões para cuidar das pessoas que vivem em situações mais degradantes. E para cuidar das cidades com até 50 mil habitantes, lançamos na quarta-feira (19) o PAC Funasa. Queremos também levar água e esgoto para as comunidades indígenas desse país", disse o presidente (Agência Brasil – EBC – Empresas Brasil de Comunicações).

No entanto, até nesse discurso, sem uma análise apurada, observamos a presença da visão colonizadora. O habitante da Amazônia é visto como *pessoas que vivem em situações mais degradantes*, o indígena que precisa da intervenção do "outro" para obter uma vida mais digna.

Ao analisar os gastos previstos para a região, observamos que a região Norte será contemplada com R\$ 50,9 bilhões e o Centro-Oeste receberá apenas R\$ 24,1 bilhões, ou seja, as duas regiões juntas receberão menos do que a região Nordeste.

Nos projetos que participam do PAC – Rondônia, verificamos que não há nada de novo. Isso porque são planos não executados e temporalmente atrasados. Planos de transportes, como as BR-319 e BR-364, que se arrastam por problemas de meio ambiente ou de verbas, bem como os de energia, como o gasoduto Urucu/Porto Velho, as usinas do Madeira, linhões e outros investimentos que há muito já deveriam ter sido feitos.

No que tange as áreas social e urbana, além da falta de investimentos concretos e morosidade burocrática, são destinados apenas um percentual de 11, 9% para região com, talvez, mais uns 2 ou 3% advindos dos 8,7% destinados ao Centro-Oeste. Em termos de Rondônia, o PAC se resume a uma

reafirmação das prioridades do governo federal para a Amazônia.

Projeto Madeira

As esperanças de novos projetos de desenvolvimento sustentável para o Estado de Rondônia pairam no Projeto Madeira. Um projeto que tem como meta a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira: Santo Antônio e Jirau.

Segundo FURNAS (FURNAS Centrais Elétricas S.A.), essas hidrelétricas não são apenas grandes projetos de engenharia e arquitetura moderna, pois de acordo com propostas e contratos em discussão, suas construções fazem parte de um grande projeto para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, envolvendo a integração nacional e a melhoria de vida das populações de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso.

O parque gerador do Estado de Rondônia conta, hoje, com uma oferta de aproximadamente 800 MW. Com a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau serão mais 6.450 MW colocados no mercado, e com a construção de linhas de transmissão para o Acre, Amazonas e Norte do Mato Grosso será possível a conexão com o Sistema Interligado Brasileiro.

Em Rondônia foram conduzidos estudos que diagnosticaram os meios físico (solo, água), biótico (flora, fauna) e socioeconômico (caracterização e apoio às comunidades locais).

Objetivando a construção dessas hidrelétricas tornou-se fundamental a parceria entre FURNAS e as instituições de ensino e pesquisa localizadas na região amazônica, como a Universidade Federal de Rondônia, o Ins-

tituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Fato, que para estes pesquisadores, promete credibilidade e caminhos que conduzam ao desenvolvimento sustentável.

A análise desse projeto, denominado Projeto Madeira, portanto, nos leva a crer que a comunidade científica e a sociedade brasileira poderão contar com um importante acervo para a implantação de um sólido projeto de desenvolvimento regional sustentável. Um instrumento de gestão que possibilitará a instalação, construção e operação de empreendimentos atendendo as exigências legais, e acima de tudo, preservando a integridade ambiental com respeito às comunidades locais.

O Projeto Madeira, pelo menos no papel, propõe estudos de engenharia que adotam cuidados para que os impactos na construção das hidrelétricas sejam os menores possíveis e, em relação às áreas que serão inundadas, tem o cuidado de recomendar que sejam praticamente as mesmas áreas já inundadas durante as cheias anuais do rio Madeira. Com a indicação de compromissos sociais sugestivos, tais como: a implantação de iniciativas que atendam à demanda por geração de renda e educação das comunidades próximas às obras das usinas.

Propõe ainda projetos de construções da fábrica de derivados de mandioca e frutas regionais, da Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Betel-Cachoeira do Teotônio, em Porto Velho, de uma nova escola rural e um posto de saúde para a comunidade de Embaúba. Tais projetos fazem parte do compromisso de inclusão social assumido por FURNAS em todas as suas áreas de atuação.

Com essas ações, se executadas, FURNAS

contribuirá para o desenvolvimento sustentável das comunidades, gerando trabalho e renda entre os ribeirinhos e assentados, além de ampliar o número de vagas escolares.

As organizações governamentais e não governamentais estão capacitando pessoas e elaborando projetos em função da construção das hidrelétricas. Também, com a perspectiva da construção dessas duas hidrelétricas, tem se constatado um novo ciclo migratório no Estado. Um novo ciclo que nos permite observar, novamente, bem marcado e bem presente, a falsa supremacia do colonizador sobre o colonizado.

Profissionais que, por motivos diversos, não obtêm sucesso em seus Estados de origem, vêm a Rondônia a procura de uma chance profissional, mas carregados de preconceitos, trazem com eles o pior lado do colonialismo: o desrespeito à população tradicional e a cultura local. Acreditam trazer nelas próprios as soluções para os problemas de um povo atrasado e retrógrado: a população de Rondônia.

5 Considerações finais

O Estado de Rondônia que tem intenso processo de ocupação, associado a altos índices de desmatamento desde o início de sua história, apresenta-se, atualmente, como o Estado da Amazônia Legal com maior proporção de desmatamento. No entanto, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, é também o Estado que tem um menor índice de queimadas em relação a outros Estados amazônicos. No ano de 2007, as ações de combate ao desmatamento em Rondônia foram responsáveis pela queda no número de queimadas. O desmatamento foi reduzido e foram registrados menos fo-

cos. Isso ainda está longe de ser um índice de bons projetos em busca do desenvolvimento sustentável, mas demonstra que alguns projetos já mostram resultados.

O que está sendo muito discutido ultimamente é o Projeto de Lei 6424/2005 que está em tramitação em Brasília. Projeto que já passou pelo Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados prevê o desmatamento de grande área da Amazônia, por enquanto preservada, e que, se levado adiante, deixará todos os outros projetos que vieram através do Planaflo, visando o desenvolvimento sustentável de Rondônia, a ter sido anos e anos de pesquisas perdidas. A aprovação desse Projeto, com certeza, levará Rondônia ao desmatamento total, visando, como a maioria dos projetos colonizadores, ao interesse de pequenos grupos em detrimento da terra e de seu povo. Um grande passo ao desenvolvimento sustentável seria a conscientização dos parlamentares e a total inutilização de projetos desse tipo.

Mais uma vez, repete-se o erro do passado que, através de projetos agropecuários para a região, com a falsa premissa de que o solo da Amazônia era fértil e poderia garantir uma produção agrícola farta e duradoura, trouxe milhares de pessoas a sobreviver na miséria nas cidades de Rondônia.

Com o conhecimento de que o solo da floresta, na sua maior parte, é composto por uma base arenosa coberta por camada pequena de húmus que, após o desmatamento, é lavada rapidamente pelas chuvas, dando início à erosão, com deslocamento de terras para os rios e igarapés, não se deveria mais desmatar procurando pela agropecuária, no entanto, o potencial econômico do Estado hoje tem base nessa prática. Milhares de hectares têm sido desmatados para a criação de

gado e plantação de grãos, não por pequenos assentados, mas por grandes empresas agropecuárias.

Após a análise, estudo e comparações dos dados, o paralelo traçado entre os discursos colonialistas encontrados e a história social desta parte da Amazônia, observamos que no Estado de Rondônia, um retrato-síntese da região, ainda não está havendo a responsabilidade de órgãos ou pessoas com o seu desenvolvimento sustentável.

Nos projetos analisados, são poucos os que estão levando em conta as necessidades da população local. Desde a exploração dos potenciais turísticos até a explorações de gases, óleos e plantas, remetem as atenções a interesses individuais de pessoas, órgãos, empresas ou países, esquecendo a devida atenção ao verdadeiro interessado no que se refere ao desenvolvimento regional: a população local.

As populações indígenas da Amazônia brasileira têm sido objetos de pesquisa das mais variadas formas, mas não há uma preocupação real com o capital cultural destes povos. Prevalecendo a visão colonizadora sem assegurar-lhes condições de sobrevivência.

Como uma população mundial, rica em conhecimentos tradicionais sobre suas terras, seus recursos e seu meio ambiente em geral, o indígena rondoniense tem sido olhado com olhos paternalistas, do imperialista que olha seus colonizados, sempre prontos a explorar suas riquezas e sua força de trabalho, sem incluir direitos legais que o façam donos de suas vidas com instrumentos jurídicos e políticos que dirijam, normatizem e protejam seu modo de vida.

Apesar de vários estudos estarem ocorrendo, com a participação de FURNAS, da

Universidade Federal de Rondônia e, principalmente, do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), com alto investimento em pesquisas objetivando dar um desenvolvimento sustentável à região, a falta de uma total integração entre os departamentos das universidades públicas e dos mais variados profissionais e órgãos, ainda faz com que os projetos recaiam na mesma falácia: a visão colonizadora.

Cria-se, portanto, unidades de conservação que só objetivam resguardar nichos de biodiversidade para as gerações futuras e preservar áreas de beleza cênica e paisagística preservando e dando continuidade somente ao pior lado da colonização: a exploração da terra e de seu povo, com a destruição de sua identidade cultural.

Somente a formação de uma consciência nacional poderá desconstruir essa visão colonizadora e trazer benefícios não só ao Estado de Rondônia, mas a toda extensão amazônica. Para isso, acreditamos que sejam necessários cursos obrigatórios a políticos, uma formação adequada a professores – o conhecimento e a prática da educação em direitos humanos - cursos voltados a pessoas interessadas a elaboração de projetos que visem o desenvolvimento regional e, principalmente, uma gestão governamental responsável para com o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

6 Referências

AGRA, KLONDY L. O. Visão Colonizadora e Desenvolvimento de Rondônia. *Primeira Versão*. Porto Velho – EDUFRO, 2003.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable

- economic development. *Environmental Conservation*, 1992.
- desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 32. 1992.
- BARTHOLO JR., ROBERTO S. & BURSZTYN, MARCEL. *Amazônia Sustentável: Estratégia de Desenvolvimento Rondônia 2020*. Brasília, IBAMA, 1999.
- BLOWERS, A. Environmental policy: the quest sustainable. *Urban Studies*, 30. 1993.
- BOSI, ALFREDO. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- GONDIM, NEIDE. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1994.
- GUIMARÃES, R. P. El desarrollo sustentable: propuestable : propuesta alternativa o retorica neoliberal? *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano- Regionales – EURE*, XX (61), 1994.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1977.
- WCED. 1987. *Relatório Brundland*. <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21>